
ARQUEOLOGIA

PREVENTIVA

E O ENSINO

DE ARQUEOLOGIA

NO BRASIL*

PAULO ZANETTINI**, CAMILA A. DE MORAES WICHERS***

Resumo: neste artigo, discutimos a relação entre Arqueologia Preventiva e o ensino de Arqueologia no país, a partir de alguns questionamentos: Projetos de pesquisa relacionados ao licenciamento de empreendimentos são apenas um campo de trabalho ou também um campo de formação? Como tem se dado a relação desses projetos com o campo de formação e pesquisa configurado pelas faculdades e universidades?.

Palavras-chave: *Arqueologia Preventiva. Ensino. Cadeia Produtiva da Arqueologia.*

A Arqueologia no Brasil vive um momento de grande efervescência, marcada pelo crescimento exponencial das pesquisas e, conseqüentemente, do mercado de trabalho para o arqueólogo, em função das demandas colocadas pelo licenciamento de empreendimentos. Nesse contexto, mais de uma dezena de cursos de graduação foi criada, além de multiplicadas as especializações e pós-graduações.

Numa posição contrária àquela expressa no discurso maniqueísta em voga - em torno do “bem” (a Arqueologia ensinada e praticada no meio acadêmico) e do “mal” (aquela desenvolvida no ambiente de mercado), divisamos a “reaproximação” entre o

* Recebido em: 07.08.2014. Aprovado em: 07.12.2014.

** Doutor em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. *E-mail:* diretoria@zanettiniArqueologia.com.br; arqueoz@uol.com.br.

*** Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. *E-mail:* camora21@yahoo.com.br

mundo acadêmico e as empresas como mais um fator positivo no que tange ao aprimoramento da cadeia produtiva da Arqueologia, de modo a fortalecê-la, advogando em favor de seu caráter necessariamente polissêmico enquanto prática científica no mundo contemporâneo. Nessa perspectiva, são apresentadas ao final do texto algumas proposições calcadas em nossa própria prática cotidiana e vivências pessoais no campo empresarial.

MARCAS DO PASSADO: A PRÁTICA ARQUEOLÓGICA E SEUS CONTEXTOS

Desde o século XIX, o território brasileiro tem sido palco de pesquisas arqueológicas. Esses estudos, realizados, sobretudo, a partir dos museus aqui instalados, envolviam pesquisadores de diversos campos do conhecimento, percurso natural em um contexto onde a Arqueologia se firmava aos poucos como disciplina científica. Contudo, deve-se destacar que a prática arqueológica exercida pelos denominados “amadores” já era recorrente no país, tendo sido aliada ao contexto das instituições museais recém-implantadas.

Na década de 1950, uma nova conjuntura da prática arqueológica começou a se firmar no cenário internacional, a denominada “Arqueologia de Salvamento” (MENESES, 1988). Essa Arqueologia partia da ideia de que todas as evidências arqueológicas de relevância, em uma determinada área, sujeita a intervenções e obras, deveriam ser ‘salvas’ por meio de sua remoção.

No Brasil, no início da década de 1960, a promulgação da Lei 3.924 após incessantes campanhas deflagradas por Paulo Duarte, Castro Faria e Loureiro Fernandes, viria trazer para o contexto brasileiro esse debate acerca da Arqueologia no contexto de obras diversas, assim como questões concernentes à prática arqueológica enquanto prática profissional. Ademais, as universidades consolidavam-se no país e a disciplina passava a ocupar esses espaços, afastando-se, inclusive, dos museus, fenômeno denominado por Cristina Bruno (1995) de “movimento arqueológico-universitário”.

Segundo interpretação de Souza (1991), a referida lei trouxe um primeiro impulso cooperativista aos arqueólogos brasileiros, resultando em uma contraposição entre arqueólogos “profissionais” e arqueólogos “amadores”, embora ainda não existisse formação universitária na área. Para o autor, o que definia se um arqueólogo era profissional ou não era sua inserção em uma instituição “pública”, de preferência universitária (SOUZA, 1991). Cabe lembrar a importância da atuação dos denominados “amadores”, assim como de profissionais de áreas afins, nas pesquisas arqueológicas efetuadas em território brasileiro desde o século XIX, conforme mencionado anteriormente.

No Brasil, o campo de atuação da denominada Arqueologia de Salvamento viria se configurar por volta da década de 1970, podendo ser considerado como marco o Projeto Arqueológico Itaipu, desenvolvido entre 1975 e 1983. Coordenado pelo arqueólogo Igor Chmyz, o programa teve origem em convênio celebrado entre a Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional e o IPHAN (à época Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN), trazendo à tona as potencialidades e limites à pesquisa arqueológica realizada no âmbito de empreendimentos.

Anos mais tarde, no início da década de 1980, tivemos promulgada a legislação concernente à Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecendo o corolário da conservação ambiental que passa a contemplar igualmente os recursos culturais. Como consequência, a Arqueologia passou a ser convocada a dar sua contribuição

ao processo de planejamento ambiental, seja na esfera regional, seja na esfera urbana (CALDARELLI, 1996).

Monticelli, a sua vez, evidenciou o hiato transcorrido de vinte anos entre a promulgação da Lei 3924 de 1961 e a adoção de uma política ambiental [1981], sendo necessários, ainda, mais cinco anos para que a Resolução do CONAMA 001/86 garantisse a obrigatoriedade de intervenções arqueológicas em obras, corporificada na Constituição de 1988 (MONTICELLI, 2005, p.158). Dessa forma, a redemocratização do país contribuiu para a modificação do mapa da pesquisa arqueológica no Brasil, regulamentando a prática do então denominado salvamento arqueológico (FUNARI, 1994).

A Coordenação de Arqueologia do então SPHAN, hoje IPHAN, com vistas ao cumprimento da Constituição por meio das suas práticas e instrumentos, criou uma normativa para regular os pedidos de autorização de pesquisas arqueológicas (SALADINO, 2010). Dessa forma, por intermédio da portaria nº 7/1988 ficou consolidado o papel regulador do IPHAN frente à comunidade científica arqueológica. A partir de então, passou a ser necessário o encaminhamento de um projeto de pesquisa no qual constasse a delimitação da área e o arqueólogo responsável, entre outros itens. Cabe ressaltar que essa portaria apontava, ainda que forma vaga, a necessidade de procedimentos de salvaguarda e comunicação da Arqueologia.

O debate em torno da temática da Arqueologia de Salvamento ou Contrato obteve espaço anos mais tarde em dois momentos: o “Simpósio sobre política nacional do meio ambiente e patrimônio cultural” [Goiânia -1996] e o “Simpósio: a Arqueologia no meio empresarial” [Goiânia – 2000] (CALDARELLI, 1996; LIMA, 2002).

A Portaria IPHAN nº 230 de 17 de dezembro de 2002, que normatizou a pesquisa arqueológica no âmbito de estudos de impacto e de licenciamento ambiental, pode ser considerada um marco no processo em tela. A partir dessa portaria, evidenciamos o crescimento exponencial das pesquisas arqueológicas no âmbito do licenciamento de empreendimentos diversos.

Dessa forma, de atividade relacionada aos denominados arqueólogos “amadores”, passando pelo exercício multidisciplinar da Arqueologia no escopo dos museus ecléticos instalados no país e chegando à consolidação da disciplina acadêmica no meio universitário, em centros de pesquisa e laboratórios, a prática arqueológica ganhou novos contornos, resultando no surgimento de empresas de Arqueologia e na crescente atuação de arqueólogos autônomos.

TENSÕES DO PRESENTE: ARQUEOLOGIA ACADÊMICA *VERSUS* ARQUEOLOGIA PREVENTIVA?

Ainda que a atuação da comunidade arqueológica brasileira tenha sido decisiva para os avanços observados na legislação devotada à preservação do patrimônio arqueológico – sendo que os próprios profissionais acadêmicos assumiram o protagonismo nos primeiros grandes projetos de Arqueologia de Salvamento no país –, a posterior organização de um campo devotado a esses estudos, envolvendo empresas e arqueólogos autônomos, tem se configurado de forma polarizada entre profissionais do meio acadêmico e da denominada Arqueologia Preventiva. Cabe destacar que muitos profissionais de universidades públicas e privadas nunca deixaram de desenvolver projetos relacionados ao licenciamento de empreendimentos, evidenciando o quão frágil é esta dicotomia, propalada por alguns profissionais.

Nesse sentido, a prática arqueológica tem, ao longo do tempo, ganhado novos contextos, sendo o campo do licenciamento ambiental um dos mais recentes e, certamente, àquele que mais tem se expandido no país.

Ao comparar as esferas de atuação da Arqueologia, Meneses (1988, p. 5, grifo nosso) destaca que:

‘nenhuma distinção pode ser feita no nível da substância’, isto é, do nível do objeto e do processo do conhecimento. Todas as diferenças incidem, exclusivamente, sobre ‘condições operacionais’: a. a situação da ameaça concreta à sobrevivência total ou parcial do registro arqueológico; b. a delimitação da (s) área (s) afetada (s) segundo critérios exclusivamente derivados dos fatores que produzem o risco; c. prazos também eles derivados dos mesmos fatores de risco.

Para o autor, a pesquisa no âmbito de licenciamentos ambientais traria vantagens consideráveis, como recursos financeiros assegurados. Contudo, na prática, essas vantagens não seriam exploradas e os aspectos negativos têm sido potencializados, uma vez que não existe fundamentação teórica e metodológica definidas. Meneses (1988) advertia, ainda, que há variações conforme a natureza, origem e porte do empreendimento.

A sua vez, Caldarelli e Santos (1999-2000) diferenciam esses campos, apontando que a Arqueologia Acadêmica seria a responsável pela construção do conhecimento e a Arqueologia de Contrato pelo gerenciamento do patrimônio:

...embora o arqueólogo de contrato possa contribuir para a pesquisa básica, principalmente em questões metodológicas, ‘é a pesquisa acadêmica a grande responsável pelo crescimento teórico da disciplina’ [...] o arqueólogo que trabalha por contrato tem como principal responsabilidade elaborar pareceres para a ‘tomada de decisão sobre o futuro dos recursos arqueológicos’ de sua área geográfica de trabalho, ou seja, sobre o objeto de estudo da Arqueologia brasileira (CALDARELLI; SANTOS, 1999-2000, p.54, grifo nosso).

Não obstante, compreendemos que essa distinção não deveria ser tão aguda, uma vez que o trânsito de informações entre academia e licenciamento poderia refletir no incremento da prática arqueológica em ambos os contextos. Conforme mencionado, as pesquisas de Arqueologia Preventiva se tornaram hegemônicas, em sua maioria, desenvolvidas por empresas privadas, gerando igualmente opiniões díspares. Pereira (2009, p.179, grifo nosso), por exemplo, afirma que:

um grande número de arqueólogos autônomos, estudantes de pós-graduação e até mesmo alunos em formação tem sido recrutado para trabalhar para essas empresas. Essa situação, ainda que rentável, ‘proporciona pouco incentivo à produção de conhecimento, restringe a crítica social e limita a atuação do profissional a atender (enquanto houver) a demanda por esse tipo de trabalho’ [...]. Cada vez mais empreendedores deixam de lado ‘universidades e centros de pesquisa regionais – antes responsáveis pelas pesquisas’ – e passam a procurar empresas de Arqueologia [...]. A pesquisa arqueológica passou a ser, do ponto de vista das empresas, uma atividade muito melhor de ser negociada entre duas empresas – a do empreendedor e a do ‘arqueólogo-empresário’ – do que com os centros de pesquisa (PEREIRA, 2009, p.179, grifo nosso).

Para além do fato da Arqueologia Preventiva estar direcionada à gestão do patrimônio arqueológico no escopo dos empreendimentos, o que mais incomoda os

autores que se colocam criticamente em relação a esse contexto da prática arqueológica é o fato de quem faz essa pesquisa, muitas vezes, não é um membro da academia. Há ainda aqueles que se remetem à Arqueologia realizada anteriormente como uma “aldeia de iguais’ onde se compartilhava (obviamente dentro das particularidades de uma variedade de correntes teóricas) ideias sobre o que é Arqueologia, sua função social, etc” (ZARANKIN; PELLINI, 2012, p.48, grifo nosso), revelando, ainda, certo saudosismo de uma época onde apenas os membros de uma elite, com recursos para financiar as próprias práticas, ousavam escolher a Arqueologia como profissão - “Quem de nós nunca colocou dinheiro do próprio bolso para poder ir numa escavação apreender?” (ZARANKIN; PELLINI, 2012, p.48).

Acreditamos que no cenário atual não cabe mais uma visão ingênua quanto às relações entre saber e poder, de modo algum restritas ao mundo associado ao capital privado. Desde o século XIX, instituições públicas – primeiramente museus e depois laboratórios e centros universitários – atuaram, muitas vezes, na construção de uma imagem monolítica e inexpressiva do nosso passado, marcada por um viés colonialista (MORAES WICHES, 2010). Ademais, se as universidades e centros de pesquisas se voltassem inteiramente para o atendimento dos licenciamentos arqueológicos, em franca expansão no Brasil, onde ficaria o espaço da pesquisa acadêmica? Não seria um desvio da missão universitária – pesquisa, ensino e extensão?

Em um país democrático, compreendemos que tanto empresas, como instituições de pesquisa e universidades devem colaborar para o desenvolvimento de uma Arqueologia Preventiva de qualidade, mas devemos lembrar que essa prática também depende do avanço da Arqueologia Acadêmica, a cargo das universidades, porém não de forma exclusiva.

CENÁRIO CONTEMPORÂNEO E CADEIA PRODUTIVA: O PAPEL DA ARQUEOLOGIA PREVENTIVA

Conforme mencionado, a Arqueologia brasileira vem conhecendo um crescimento sem precedentes, impulsionada pela conjuntura socioeconômica atual, desempenho que se expressa no número de autorizações de pesquisa concedidas a arqueólogos anualmente pelo IPHAN, sendo apresentada no Gráfico 1 a evolução do crescimento ano a ano no período de 2003 a maio de 2014.

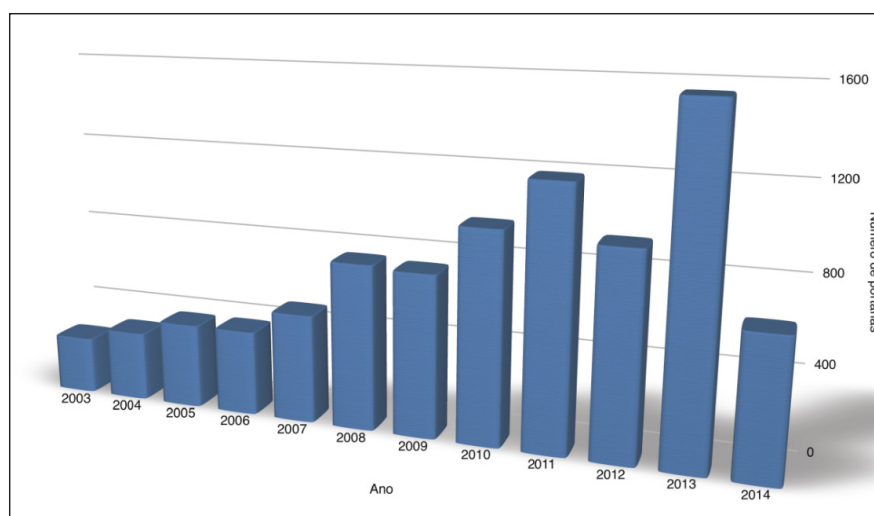


Figura 1: Portarias de pesquisa emitidas entre janeiro de 2003 e maio de 2014

Para o período avaliado conta-se com uma gama bastante diversificada de projetos, em sua grande maioria, voltados ao atendimento de demandas geradas pelo licenciamento ambiental, tais como diagnósticos, programas de prospecção e resgate de porte diverso, ações de monitoramento, renovações de permissões, além, obviamente, das pesquisas de cunho eminentemente acadêmico, que hoje apresentam número reduzido, correspondendo aproximadamente a 5% das pesquisas.

Conforme se observa na Figura 1, tivemos uma média anual de crescimento de cerca de 20%. O número de profissionais indicados nas referidas portarias também aumentou, de 105 em 2003, para 563 em 2014, apontando para um crescimento acumulado da ordem de 436% e média anual de 16%. Embora ainda haja uma concentração significativa das portarias sob a responsabilidade de alguns profissionais, esse crescimento indica uma maior diversidade de arqueólogos envolvidos na Arqueologia Preventiva, advindos dos cursos de graduação e pós-graduação.

Por meio da análise dos currículos cadastrados no banco de dados da Zanettini Arqueologia, entre 2011 e 2013, podemos rastrear algumas mudanças no que tange à caracterização dos profissionais que ascendem ao campo da Arqueologia Preventiva. Observamos que 42% dentre os pleiteantes a postos de trabalho são egressos de graduações em Arqueologia, tornando evidente o papel desses cursos no incremento da cadeia produtiva. Do ponto de vista da faixa etária, 63% dos profissionais entrevistados têm entre 20 e 30 anos, sendo 51% do sexo feminino. Interessante notar que, ainda que os profissionais do sudeste sejam os que mais procuram a empresa, inserida em São Paulo (55%), os profissionais advindos do nordeste representam perto de 27% dos currículos cadastrados, o que está associado ao fato dessa região abrigar cinco cursos de graduação, três desses abertos entre 2004 e 2008.

Diante do exposto, cabe aqui pontuar algumas questões em relação ao crescimento meteórico da chamada Arqueologia Preventiva. Existe compasso entre quantidade e qualidade? Em alguns aspectos as opiniões convergem a respeito.

Para muitos profissionais, inseridos tanto na academia quanto na Arqueologia Preventiva, não há paridade entre quantidade e qualidade, devido a diversos fatores. Sob a ótica da academia (responsável pela formação de novos quadros de pesquisadores), o óbice assenta-se na completa falta de embasamento teórico-metodológico de boa parte dos pesquisadores envolvidos no processo. Conforme apontado, muitos profissionais veem no relacionamento com o mercado e no fato dessa Arqueologia ser desenvolvida fora das universidades o maior entrave. Do ponto de vista da Arqueologia empresarial, os reclames se dão em relação ao despreparo técnico de boa parte dos profissionais que ascendem ao mercado – os quais são formados pela academia. Dessa forma, acreditamos que a questão do ensino da Arqueologia, alvo desta publicação, constitui um tema fulcral para o avanço da prática arqueológica no Brasil, visto que tanto os profissionais da própria academia, quanto os da Arqueologia Preventiva, ressentem-se da formação daqueles envolvidos na prática arqueológica.

Da mesma forma, tais posições expressam a desconexão entre alguns dos atores/elos que integram a cadeia produtiva arqueológica, esboçada na Figura 1. Ainda que o termo cadeia nos remeta a um fluxo contínuo, sendo constituída por elos interligados, na representação esquemática procuramos enfatizar alguns pontos. Compreendemos que, enquanto “bem da união”, o patrimônio arqueológico brasileiro demanda uma gestão eficaz e rigorosa por parte dos órgãos de fiscalização e gestão, inseridos na ‘base’ da cadeia. No ‘topo’, inserimos o ensino formal da Arqueologia, em instituições públi-

cas e privadas, que congregam cursos de graduação, pós-graduação - *lato sensu* e *stricto sensu*. Falamos em ensino formal, pois acreditamos que há um necessário e salutar ensino não formal da Arqueologia em outros elos da cadeia, a saber: nas empresas de Arqueologia, associações e órgãos de fomento e, é claro, nos órgãos de gestão.



Figura 2: Cadeia produtiva da Arqueologia

Acreditamos que o abismo/disjunção entre teoria e práxis constitui certamente um dos obstáculos mais difíceis de ser transposto rumo ao desenvolvimento pleno da Arqueologia no país, conforme pontuado por Meneses (1988) há algumas décadas. O mesmo autor apontava que 90% da produção científica da Arqueologia era descritiva à época da sua análise (MENESES, 1988, p. 3). Dessa feita, cabe refletir a respeito de que o aumento exponencial da Arqueologia praticada em moldes empresariais veio se assentar sobre uma base pouco estabilizada da construção do conhecimento, o que nos remete, mais uma vez, à necessidade constante de incremento do ensino da Arqueologia.

Uma coisa é certa: nunca se escavou tanto (bem ou mal), nunca se publicou tanto (com ou sem substância), nunca se divulgou tanto a Arqueologia nas mais diversas plataformas junto à sociedade como nessa última década (livros, manuais, websites, blogs etc.). Em adição, inúmeros são os campos de investigação que encontraram solo fértil para lançarem suas raízes. Falamos do debate em torno da Arqueologia Pública, da Arqueologia Forense, da Arqueologia Subaquática, da Musealização da Arqueologia, do turismo arqueológico, da socialização do conhecimento, dentre outros. A Arqueologia conta hoje, potencialmente, com recursos inestimáveis que superam em muito as escassas verbas disponibilizadas outrora pelas agências de fomento.

Bender (2002), ao analisar a temática do ensino de Arqueologia no contexto estadunidense, destaca que o fato do currículo em Arqueologia privilegiar a formação do pesquisador científico, não envolvendo questões relacionadas aos novos contextos da prática arqueológica, coloca-se como principal desafio no ensino da disciplina, assertiva que podemos transpor para o contexto brasileiro do ensino de Arqueologia, analisado a seguir.

ENSINO FORMAL DA ARQUEOLOGIA NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO: CARACTERIZANDO O DIÁLOGO (OU A FALTA DELE) ENTRE AS PARTES

Julgamos oportuno apresentar uma síntese das grades curriculares dos cursos de graduação em Arqueologia implantados no país no Século XXI, com o objetivo de compreender como a configuração do ensino tem lidado com o novo contexto da prática arqueológica no Brasil. Para tanto, nos valem dos projetos pedagógicos, grades curriculares e, quando disponíveis, de ementas das disciplinas dos cursos de graduação. Cabe destacar que esse cenário é extremamente dinâmico e que não abordamos aqui as pós-graduações – *lato sensu e stricto sensu* – em atividade no país.

Cabe primeiramente retomarmos alguns pontos importantes da trajetória histórica da formação de arqueólogos no país. O primeiro curso de graduação em Arqueologia no Brasil foi criado em 1975, na Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon, no Rio de Janeiro, o qual passou, posteriormente, a ser mantido pelas Faculdades Integradas Estácio de Sá. Esse curso durou 25 anos, funcionando desde 1975 até 2000.

Bezerra (2008) faz uma análise crítica do ensino da Arqueologia no Brasil, apontando que as discussões relacionadas à formação de arqueólogos, presentes quando da criação do curso mencionado, foram ficando cada vez mais escassas entre os anos de 1983 e 1993, verificando-se uma ausência de debates sobre o tema nos anos posteriores. A autora sugere três motivos para esse aparente desinteresse: a pouca valorização da docência no país; o deslocamento da esfera acadêmica para a esfera empresarial e a grande afluência de pessoas não qualificadas para os projetos de contrato. Concordamos com o primeiro motivo e discordamos dos demais. Se fosse a Arqueologia Preventiva, ou a Arqueologia de Contrato, o motivo da falta de interesse para a criação de cursos de Arqueologia no Brasil a situação atual seria ainda mais desoladora, face ao desempenho da Arqueologia nessa última década devido ao “licenciamento arqueológico”. Lembramos que o número de portarias emitidas em 2003 foi de 268 contra 1362 emitidas em 2013. Curiosamente, foi nesse mesmo período que ocorreu a implantação de 13 cursos graduação em Arqueologia no país, conforme expresso no Quadro 1.

Quadro 1: Cursos de graduação criados entre 2014 e 2013

Universidade	Ano de Início	Oferece disciplinas específicas associadas à Arqueologia Preventiva?
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)	2004	Não
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás)	2006	Sim
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	2007	Não
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	2008	Não
Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	2008	Não
Universidade Federal de Pelotas (UFPEl)	2008	Sim
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)	2009	Sim
Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	2009	Sim
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	2009	Não
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	2010	Sim
Universidade Federal do Oeste do Para (UFOPA)	2011	Sim
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	2013	Não
Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus de Paulo Afonso)	2013	-

Certamente, a demanda por profissionais no âmbito da Arqueologia Preventiva foi um componente importante para a expansão dos cursos de Arqueologia no país, aliada, obviamente, a uma política específica de descentralização das universidades públicas, estabelecida pelo Ministério da Educação, cabendo apontar que dentre os cursos arrolados, a maioria foi implantada no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Dessa forma, depois da experiência isolada de ensino de Arqueologia na graduação na Universidade Estácio de Sá, assistimos, no século XXI, ao crescimento significativo dos cursos de Arqueologia, distribuídos por quase todas as regiões brasileiras. O curso da Pontifícia Universidade Católica de Goiás é oferecido em universidade privada, os demais estão vinculados a nove instituições federais e três estaduais (UEA, UERJ e UNEB). Dentre eles, dez têm habilitação específica apenas em Arqueologia; os cursos da UFPEL e da UFMG são em Antropologia com habilitação em Arqueologia e o da UEA é de tecnólogo, mas o mesmo contou com apenas uma turma formada. Passemos a análise da configuração de alguns desses cursos no que concerne à relação com o domínio da Arqueologia Preventiva.

Criado em 2004, o Curso de Bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, funciona no campus da Serra da Capivara, no município de São Raimundo Nonato, estado do

Piauí. Esse curso foi o primeiro, no Brasil, a englobar a interação entre Arqueologia e Preservação Patrimonial. De acordo com o Projeto Pedagógico do curso:

A criação do curso de bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial, 'responde à crescente demanda de arqueólogos', por existir a vontade política nacional de preservar o patrimônio cultural e atender ao interesse renovado nos municípios da região Nordeste em resgatar seu passado pré-histórico e histórico com vistas a estimular a visitação turística (UNIVASF, 2008, p.17, grifo nosso).

O perfil do profissional formado pelo curso é assim caracterizado:

O profissional egresso será capaz de atuar em ensino, pesquisa e extensão, podendo prosseguir seus estudos de pós-graduação. Sua formação o habilitará a trabalhar em 'assessorias e consultorias' para as entidades públicas e 'privadas' inerentes ao patrimônio cultural e natural, em proceder à coleta de objetos arqueológicos em áreas onde serão realizadas 'grandes obras, como estradas e hidrelétricas'. Poderão atuar como 'profissionais liberais em empresas prestadoras de serviços' especializadas em elaboração, manutenção e supervisão de projetos arqueológicos, culturais ou de preservação de recursos patrimoniais. 'Os arqueólogos estão habilitados também para realizar vistorias arqueológicas, estudos de impacto ambiental e relatórios de impacto ao meio ambiente' (UNIVASF, 2008, p.11, grifo nosso).

Ainda que, em um primeiro momento, o destaque recaia na prática acadêmica (ensino, pesquisa e extensão), ressalta-se em várias partes da citação a atuação do arqueólogo no meio empresarial, o que nos parece positivo em um contexto no qual notamos uma imensa demanda por esse tipo de profissional. Na análise da grade curricular do curso, observamos que não existem disciplinas específicas voltadas à Arqueologia Preventiva, sendo a temática apenas mencionada como linha de pesquisa no eixo Arqueologia Histórica.

Barbosa (2011) ao analisar o perfil desse curso, no escopo de um número do *Jornal Arqueologia em Debate*, da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), destacou a inserção dos egressos desse curso no mercado de trabalho, mencionando, inclusive, a atuação de alguns ex-alunos no programa de gestão da Ferrovia Transnordestina, desenvolvido desde 2007 pela Zanettini Arqueologia.

Passemos a análise da configuração do curso de Arqueologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), criado em 2006. Destacamos que o curso funciona no Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, criado na década de 1970, importante instituição no âmbito da Arqueologia Brasileira, o que implica em uma relação mais próxima com as questões inerentes à salvaguarda e comunicação do patrimônio arqueológico.

São compreendidos como eixos do curso de graduação: o desenvolvimento das habilidades arqueológicas fundamentais, a gestão do patrimônio e a comunicação. Existe também uma preocupação com a formação de profissionais aptos a atuar na Arqueologia Preventiva, assim:

A proposta de criação de um curso de Arqueologia na Universidade Católica de Goiás vai ao encontro tanto de uma necessidade crescente em nossa sociedade de assumir as diversas heranças étnico-culturais responsáveis pela formação da nação, quanto em resposta aos im-

perativos legais (dentre os mais modernos do planeta) que impulsionam de maneira nunca antes vista ‘a expansão de um mercado de trabalho específico’ (UCG, 2010, grifo nosso).

O curso oferece uma disciplina de “Arqueologia de Contrato” em sua grade. Viana e Rubin (2011) apontam que esse curso “nasceu no contexto emergente da Arqueologia de Contrato realizada no Brasil” (VIANA; RUBIN, 2011, p.14), tendo como meta a formação acadêmica e profissional do aluno.

O curso de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe – UFS foi criado em 2007, vinculado ao Centro de Educação e Ciências Humanas, sendo que sua grade não conta com disciplinas específicas de Arqueologia Preventiva e Legislação, ainda que esses domínios sejam expressos no perfil do egresso (UFS, 2010).

Em 2008, mais três cursos foram criados, na Universidade Federal do Piauí, na Fundação Universidade Federal do Rio Grande no Rio Grande do Sul e na Universidade Federal de Pelotas, também no Rio Grande do Sul.

Na Universidade Federal do Piauí – UFPI, o “Bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre” funciona no Centro de Ciências da Natureza. O referido curso, que não tem disciplinas relacionadas diretamente à Arqueologia Preventiva, embora ofereça disciplinas de legislação patrimonial e ambiental, teve como principal justificativa para sua criação a riqueza arqueológica do Estado do Piauí e, conseqüentemente, a necessidade de profissionais para sua preservação.

O curso da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG funciona no Instituto de Ciências Humanas e da Informação. A caracterização dos objetivos do curso evidencia a influência de paradigmas pós-processuais da Arqueologia, entendida como construção de narrativas (FURG, 2010). O curso está organizado em duas linhas temáticas: Arqueologia das Sociedades Pré-coloniais Americanas e Arqueologia do Capitalismo. Existem duas disciplinas obrigatórias que abordam as interfaces disciplinares com o campo patrimonial – “Educação Patrimonial” e “Arqueologia Pública”, mas nenhuma relacionada diretamente à Arqueologia Preventiva. Segundo Thiesen e Barcelos (2011, p. 18), busca-se formar “pesquisadores capacitados tanto para as demandas imediatas da Arqueologia Consultiva e Preventiva, quanto para a investigação acadêmica”. Nesse sentido, os autores pontuam que a formação não deve ser voltada à lógica de um mercado ora em expansão, por considerar os riscos de uma retração desse mercado em alguns anos, preparando “os acadêmicos para a abertura de novas frentes de atuação profissional do arqueólogo” (THIESEN; BARCELOS, 2011, p. 18), preocupação que consideramos oportuna e legítima.

Na Universidade Federal de Pelotas – UFPEL o curso é associado ao Instituto de Ciências Humanas e tem a especificidade de ser um Bacharelado em Antropologia, com habilitação em Antropologia Social e Arqueologia. Sua criação tem raízes em 2001, quando foi criado o Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da universidade. Carle (2011) aponta que o curso “também prevê um profissional hábil no campo do licenciamento e Arqueologia de contrato” (CARLE, 2011, p. 22). A formação prevê as disciplinas de Patrimônio Cultural, Arqueologia Pública, Educação Patrimonial e Musealização da Arqueologia e da Antropologia, Gestão de Acervo Arqueológico e Arqueologia de Contrato. Deve-se destacar que dentre os cursos analisados esse é o único que detém disciplinas especialmente relacionadas à elaboração de relatórios técnicos e perícias.

No ano de 2009, foram criados mais três cursos, sendo dois na região norte – Universidade do Estado do Amazonas e Universidade Federal de Rondônia, e um na região nordeste – Universidade Federal de Pernambuco.

Na Universidade do Estado do Amazonas – UEA o curso foi associado ao Centro de Estudos Superiores do Trópico Úmido, sendo que em sua grade existiam diversas disciplinas voltadas à interface com a Arqueologia Preventiva, a saber: “Arqueologia e Educação”, “A Legislação e as políticas públicas de preservação do Patrimônio Arqueológico” e “Arqueologia e licenciamentos” (UEA, 2010).

Para Rapp Py-Daniel (2011), o curso nasceu como resposta a uma demanda de mercado, atento ao fato de que “corre-se o risco constante de fazer uma caricatura da formação dos alunos, pensando demasiadamente em o que nos interessa como pesquisadores e nem sempre considerando a realidade que os futuros profissionais irão encontrar” (RAPP PY-DANIEL, 2011, p. 10). Nesse sentido, esse curso estava claramente relacionado ao fato da região vivenciar diversos projetos vinculados ao licenciamento de empreendimentos, mas não ter profissionais formados em Arqueologia. Entretanto, vale destacar que o curso oferecia um currículo voltado à formação ampla desse profissional, para além da atuação no mercado. Interessante notar que a autora pontua como um dos principais desafios do ensino da disciplina o fato de muitos alunos chegarem com uma “visão idealizada ou romântica da Arqueologia, meio caminho entre as aventuras de Indiana Jones e as pirâmides perdidas da Amazônia” (RAPP PY-DANIEL, 2011, p.11).

O curso da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR foi criado no âmbito do Núcleo de Ciências Humanas. Esse curso nasceu, assim como muitos outros, da conjunção do aumento da demanda por profissionais em uma região repleta de empreendimentos com a política de expansão das Universidades Federais, por meio do REUNI. O curso de graduação em Arqueologia da UNIR envolve diversas perspectivas de interface com a Arqueologia Preventiva, expressas nas seguintes disciplinas: “Arqueologia e licenciamento ambiental”; “Arqueologia e empreendimentos”; “Patrimônio Arqueológico e Legislação Ambiental” e “Ética e Arqueologia” (PENIN; ZIMPEL; SILVA, 2011). Destacamos, assim, a abordagem em diversas disciplinas das questões inerentes ao exercício da profissão no âmbito do licenciamento ambiental, sendo de especial importância a existência de uma disciplina voltada a discutir as questões éticas da profissão.

Na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, a formação em Arqueologia está inserida em um curso de graduação em Antropologia com duas habilitações: Antropologia Social e Arqueologia. Para Isnardis (2011) essa inserção está especialmente relacionada ao fato que “Nossa realidade de trabalho põe em concreta conexão comunidades tradicionais e registro arqueológico, patrimônio e construção de significados, encontros e desencontros de sistemas simbólicos” (ISNARDIS, 2011, p.8), aspecto que nos parece crucial, tanto na prática arqueológica realizada em meio acadêmico, quanto na efetuada nos moldes do licenciamento ambiental. A grade curricular do curso oferece a disciplina “Arqueologia de Salvamento” de forma optativa, sendo a relação entre formação e prática arqueológica nesses contextos assim definida:

Uma preocupação do corpo docente que desenvolveu o projeto do [...] é a relação dessa graduação e de seus egressos com o crescente e envolvente cenário de trabalhos arqueológicos de contrato. Estamos cientes de que ‘muitos terão na consultoria para processos de licenciamento ambiental sua principal possibilidade de trabalho’. Contudo, o curso da UFMG recusa o papel de formar mão-de-obra proletarizada para os licenciamentos. (...) Creio que cabe às universidades contribuir para que os profissionais que elas formam atuem de modo a dar a seu campo de trabalho uma conformação que o enriqueça, em lugar de adequarem-se passivamente às ‘exigências do mercado’ (ISNARDIS, 2011, p.9, grifo nosso).

Concordamos com a assertiva do autor, mas acreditamos que as mencionadas “exigências do mercado”, pontuadas de forma recorrente pelos profissionais inseridos na academia, devem ser explicitadas. Nossa experiência no que concerne à prática arqueológica no contexto do licenciamento ambiental é de que ela deva ser feita por bons profissionais: essa é a maior exigência do mercado e da academia.

CONSTRUINDO NOVAS FORMAS DE DIÁLOGO

Para além da oposição maniqueísta entre Arqueologia Acadêmica e Arqueologia Preventiva, acreditamos que o caminho a ser trilhado envolve o reconhecimento das especificidades de cada contexto, salientando que a prática arqueológica em si é a mesma, demandando avanços teóricos e metodológicos, assim como uma conduta ética e responsável com aquilo que todos nós, arqueólogos e arqueólogas, estamos lidando cotidianamente, em ambos os contextos, e que convencionamos denominar de “patrimônio arqueológico brasileiro”.

Para De Blasis (2013), a Arqueologia ocupa lugar estratégico no cenário brasileiro contemporâneo, podendo utilizar os recursos teóricos e estratégicos da disciplina, para “mapear as formas resilientes de diversidade (cultural e ambiental), resistentes ou não, e negociar sua participação na (re) construção do mundo, tentando participar das mudanças e não simplesmente sendo excluídas do processo” (DE BLASIS, 2013, p.437). Para o autor, essa seria uma forma prática de exercer um “engajamento crítico”. Nesse sentido, faz-se necessária uma formação adequada não às demandas do mercado – lembrando que o mercado da Arqueologia é uma criação artificial advinda de uma obrigatoriedade legal (CALDARELLI, 2008), mas sim às demandas colocadas pela contemporaneidade, que no Brasil significa em um posicionamento ético e crítico frente a uma política desenvolvimentista que pouco respeita as comunidades, expropriando-as economicamente e simbolicamente.

Empresas idôneas de Arqueologia comprometidas com sua visão, missão e valores, focadas na qualidade de seus serviços e produtos, acabam por se valer de estratégias visando seu aperfeiçoamento e à capacitação de seus profissionais. Schuldenrein e Altschul (2002), ao discorrerem sobre o ensino de Arqueologia no setor privado, apontam alguns caminhos interessantes:

- programas de estágio/ aprendizado entre universidades e empresas;
- revisão do currículo de arqueologia nas universidades;
- abertura de cursos nas universidades com a participação de profissionais do setor privado;
- abertura de cursos especialmente voltados à relação entre profissionais e sociedade;
- programas de doutoramento úteis à formação de profissionais para ocupar os cargos diretivos das companhias, com disciplinas sobre gestão, administração de conflitos, recursos humanos finanças, e assim por diante.

Nesse sentido, uma prática recorrente no contexto brasileiro tem sido o estímulo ao aperfeiçoamento individual, mensurável pelo número de monografias, dissertações e teses de doutorado elaboradas a partir de pesquisas de licenciamento, envolvendo da parte das empresas a disponibilização de dados e informações, além de insumos para a produção dos trabalhos acadêmicos propriamente ditos. Nos projetos nos quais atuamos, por exemplo, computamos nos últimos dez anos seis doutorados e nove mestrados apresentados, além de um doutorado e quatro mestrados em andamento. Pode-

mos adicionar à lista de boas práticas a decisão empresarial em favor de determinados contratos por vezes desinteressantes do ponto de vista financeiro, no entanto, úteis para a elaboração de estudos acadêmicos em elaboração por seus profissionais (incidentes sobre áreas geográficas ou bens de interesse).

Outra prática positiva e corriqueira são as apresentações em congressos estimuladas e viabilizadas pelas empresas que, embora muitas vezes estejam buscando o atendimento de demandas de divulgação previstas em Lei, favorecem igualmente a aproximação e interação entre academia e mercado. Da mesma forma, promover o contato por meio de palestras e rodas de conversa com especialistas oriundos de centros acadêmicos de pesquisa tem sido uma prática recorrente na Zanettini. Podemos citar dentre os casos mais recentes os testemunhos realizados pelos arqueólogos Lourdes Domingues (Cuba), Miguel Gago (Portugal), Margarida Andreatta (USP), Pedro Paulo Funari e Aline Carvalho (LAP/UNICAMP), dentre outros.

Outra boa prática tem sido o estabelecimento de parcerias com centros de excelência, visando à produção de conhecimento, desenvolvimento de campos de pesquisa e o fortalecimento interinstitucional que, em nosso caso, se expressa no momento presente, no Programa Arqueologia 3D (Arius e UP3D do Canadá), voltado à preservação e socialização do patrimônio arqueológico (Projeto Arqueobox) e a interação mantida com o Instituto de Metalurgia da Escola Politécnica da USP, objetivando o incremento da Arqueometalurgia, campo ainda incipiente no Brasil. Da mesma forma, outras parcerias foram viabilizadas com órgãos de fiscalização – caso do Iphan SP, universidades (Projeto Arqueologia no Campus da UNESP Botucatu, parceria com a UNEB Caetité no escopo do Museu do Alto Sertão da Bahia) e museus municipais, como o Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara e o Museu Histórico e Arqueológico de Lins.

Para concluir, elencamos alguns temas ou linhas de reflexão que julgamos ser de fundamental importância para o estreitamento das relações entre Arqueologia Preventiva e Academia, no que diz respeito aos princípios que poderiam inspirar e direcionar a formação dos profissionais. Segundo Bender (2002), os currículos do ensino de Arqueologia deveriam integrar cada vez mais os seguintes princípios e temáticas: 1. Gestão; 2. Diversidade do passado; 3. Relevância social; 4. Ética e Valores; 5. Comunicação e expressão escrita e oral; 6. Habilidades arqueológicas fundamentais e 7. Solução de problemas do mundo real. Acreditamos que tais princípios têm sido buscados por diversos profissionais na academia, os quais podem ser rastreados, por exemplo, com o fornecimento de disciplinas de ética, legislação, Arqueologia pública, gestão, educação patrimonial, língua portuguesa e redação, entre outras. De qualquer modo, entendemos que tais princípios, assim como a própria temática da Arqueologia Preventiva, devem permear os conteúdos de diversas disciplinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A superação dos desafios evidenciados no ensino de Arqueologia em sua relação com os projetos de Arqueologia Preventiva exigirá o aprimoramento e intercâmbio de informações ao longo da cadeia produtiva como um todo, por meio de um planejamento estratégico que permita estabelecer prioridades e programas de ação, padrões de qualidade, metas e prazos para a superação de deficiências, bem como mecanismos permanentes de controle e avaliação de desempenho.

Embora o contexto do licenciamento ambiental seja a mola propulsora para a experientiação e o campo de atuação de grande parte arqueólogos e arqueólogas recém-formados, ainda há muito a ser feito nesse contexto, assim como na forma como essa realidade tem sido abordada no meio acadêmico. Reiteramos, ante as críticas, que não estamos aqui de modo algum falando em subserviência da produção de conhecimento científico aos ditames do mercado, postura no mínimo anacrônica.

Concluimos ressaltando que dispomos hoje de bases materiais suficientes para promover uma transformação de substância, restando congregar os diversos agentes sociais envolvidos na cadeia produtiva para a elaboração de um projeto em torno do futuro desejado para a Arqueologia. Trata-se de fazer uma boa Arqueologia, pautada por uma ética rigorosa. Essa preocupação deve nortear ambos os domínios, podendo ser compreendida como a via de conexão mais sólida a ser construída entre profissionais inseridos em ambos os contextos da prática arqueológica.

PREVENTIVE ARCHAEOLOGY AND THE TEACHING OF ARCHAEOLOGY IN BRAZIL

Abstract: in this article, we discuss the relationship between preventive archaeology and the teaching of archaeology based on some issues: Projects related to preventive archaeology are just tasks or also a learning space? How has been the relationship between these projects and teaching and academic research?

Keywords: Preventive Archaeology. Teaching. Archaeological Production Chain.

Referências

BARBOSA, M. F. O curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Campi de São Raimundo Nonato, PI. *Arqueologia em Debate – Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB*, São Paulo, n 3, p.19-20, 2011.

BENDER S. J. Historical background: Thinking About How We Teach Archaeology. In: BENDER S. J. & SMITH G. S. *Teaching Archaeology in the Twenty-First Century*. Washington: SAA – Society for American Archaeology, 2002. p.3-5.

BEZERRA, Marcia. Bicho de Nove Cabeças: os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. *Revista de Arqueologia*, v. 21.2, p. 139-154, 2008.

BRUNO, Maria Cristina O. *Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 1995.

CALDARELLI, Solange. B. Arqueologia em grandes empreendimentos: a importância e o desafio de manter um controle de qualidade científica. *Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*, Pelotas, Editora da UFPEL, v. 9/10, p. 35-63, 2008.

CALDARELLI, Solange B. (Org). *Atas do simpósio sobre política nacional do meio ambiente e patrimônio cultural. Repercussões dos dez anos da Resolução CONAMA n.001/86 sobre a pesquisa e a gestão dos recursos culturais do Brasil*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás/ Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 1996.

no Brasil. *Revista da USP*, São Paulo, n. 43/44, p.52-73, 1999-2000.

CARLE, Cláudio B. Curso de Arqueologia da Universidade Federal Pelotas – UFPel. *Arqueologia em Debate - Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB*, São Paulo, n. 3, p. 20-22, 2011.

DE BLASIS, Paulo O Arqueólogo é o cara? (Impressões sobre o papel social da Arqueologia no Brasil hoje). In: CAMPOS, J. B. et al (Org.). *Arqueologia Ibero-americana e transatlântica: Arqueologia, sociedade e território*. Erechim: Habilis, 2014, p. 429-442.

FUNARI, Pedro Paulo de A. Arqueologia Brasileira: Visão Geral e Reavaliação. *Revista da História da Arte e Arqueologia*, Campinas, n.1, p.24-41, 1994.

ISNARDIS, Andrei Arqueologia com Antropologia / Antropologia com Arqueologia: o curso de graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. *Arqueologia em Debate - Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB*, São Paulo, n.3, p.8-10, 2011.

LIMA, Tania A. (org.). *Atas do Simpósio A Arqueologia no Meio Empresarial*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2002.

MENESES, Ulpiano T. B. de. *Arqueologia de Salvamento no Brasil: uma avaliação crítica*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP). Texto mimeografado, 1988.

MONTICELLI, Gislene. *Arqueologia em obras de engenharia no Brasil: Uma crítica aos contextos*. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

MORAES WICHERS, Camilla A. de. *Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira*. Tese (Doutorado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010.

PENIN, André; ZIMPEL, Carlos A. & SILVA, Valéria F. O Curso de Bacharelado em Arqueologia na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). *Arqueologia em Debate - Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB*, São Paulo, n3, p.23-26, 2011.

PEREIRA, Edithe O Museu Goeldi e a pesquisa arqueológica: um panorama dos últimos dezessete anos (1991-2008). *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v.4, n. 1, p.171-190, 2009.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. *Projeto Pedagógico do Curso de Arqueologia*. Disponível em:

http://www.pucgoias.edu.br/ucg/prograd/graduacao/home/secao.asp?id_secao=4943&id_unidade=6. Acesso em: 22 nov. 2014.

PY-DANIEL, Anne R. O Curso Superior de Tecnologia em Arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. *Arqueologia em Debate - Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB*, São Paulo, n. 3, p.10-13, 2011.

SALADINO, Alejandra *Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN*. Tese (Doutorado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, Alfredo M. de. História da Arqueologia Brasileira. Instituto Anchieta de Pesquisas: *Antropologia*, (46): p.11-157, 1991.

- THIESEN, Beatriz V. & BARCELOS, Artur H. F. O campo não faz o arqueólogo: em defesa da formação de pesquisadores em Arqueologia e o bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. *Arqueologia em Debate - Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB*, São Paulo, n. 3, p.17-18, 2011.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS. *Curso de Graduação em Arqueologia*. Disponível em: <http://cursos2.uea.edu.br/apresentacao.php?cursoId=94>. Acesso em: 22 nov. 2014.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. *Curso de Graduação em Arqueologia: Componentes Curriculares*. Disponível em: <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/departamento/componentes.jsf?id=218>. Acesso em: 22 nov. 2014.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. *Disciplinas oferecidas Arqueologia*. Disponível em: <http://www.antropologiaufpel.com.br/disciplinas-arqueologia.html>. Acesso em: 22 nov. 2014.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. *Ensino - Graduação*. Disponível em: <http://www.ufpi.br/page.php?id=34>. Acesso em: 22 nov. 2014.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. *Curso de Graduação em Arqueologia*. Disponível em: www.ichi.furg.br. Acesso em: 22 nov. 2014.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. *Conheça o Projeto Pedagógico do nosso curso*. 2008. Disponível em: <http://www.graduacao.univasf.edu.br/arqueologia/noticia.php?pagina=1213812714>. Acesso em: 22 nov. 2014.
- VIANA, Sibeli A.; RUBIN, Júlio C. R. de. A Formação em Arqueologia na Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás. *Arqueologia em Debate - Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB*, São Paulo, n. 3, p.14-16, 2011.
- ZARANKIN, Andres; PELLINI José R. Arqueologia e companhia: reflexões sobre a introdução de uma lógica de mercado na prática arqueológica brasileira. *Revista de Arqueologia*, v. 25, p. 44-61, 2012.

